

**12º PROJETER**  
REEXISTIR NO MUNDO CONTEMPORÂNEO  
interpretar, conservar e transformar  
14 a 17/10 | Pelotas | Rio Grande do Sul | Brasil **2025**

## Oportunidade não cruza o “Rebouças”

### Eixo Temático 1 - Interpretar

PINHEIRO SANTANA, Ethel

Arq. e Urb., Prof. Dr. | Universidade Federal do Rio de Janeiro | ethel@fau.ufrj.br

DUARTE, Cristiane Rose

Arq. e Urb., Prof. Dr. | Universidade Federal do Rio de Janeiro | cristiane.duarte@fau.ufrj.br

#### Resumo

Este artigo apresenta parte de uma pesquisa em andamento no Laboratório Arquitetura, Subjetividade e Cultura - LASC/UFRJ, que lida com a interpretação do contexto sociocultural das metrópoles na atualidade. Trata de evidenciar as relações que emergem da vivência de pessoas em situação de rua (PSR) no Rio de Janeiro diante da informalidade de suas ações e a necessidade de sobrevivência em espaços livres públicos. A pesquisa revela os pontos de pernoite e de deambulação de PSR por alguns bairros do Rio de Janeiro, trazendo as personagens “da rua” para evidenciar atividades performadas como ação laboral não remunerada de milhares de pessoas sem papel político e demonstrando trajetórias de exclusão social que estão vinculadas à ideia de sujeito supérfluo (Escorel, 2006). Por outro lado, tais atividades se alinham a uma necessidade premente de manutenção da ideia capitalista de cidade, conforme apresentado no trabalho de Agum (2023). A partir da provocação colocada no título, e derivada de samba cuja frase evidencia que “oportunidade não cruza o (túnel) Rebouças”, será demonstrada a necessidade de revisão das esferas pública e privada por meio do planejamento urbano sensível, de maneira que uma visão mais democrática de cidade se alinhe ao benefício da Alteridade e da Teoria dos Afetos (Anderson, 2006), na interpretação das Ambiências.

**Palavras-chave:** alteridade; espaços livres públicos; pessoas em situação de rua.

## *Opportunity does not cross the “Rebouças”*

#### Abstract

This paper presents part of an ongoing research project at the Architecture, Subjectivity, and Culture Laboratory (LASC/UFRJ), which explores the sociocultural context of contemporary metropolises. It seeks to highlight the relationships that emerge from the experiences of homeless people (PSR) in Rio de Janeiro, given the informality of their actions and the necessity of surviving in public open spaces. The research reveals the points where PRS spend the nights and roam in some neighborhoods of Rio de Janeiro, bringing the role of “street” characters to reveal activities performed by the unpaid labor action of thousands of people without a political role, and demonstrating trajectories of social exclusion that are linked to the idea of a superfluous subject (Escorel, 2006). On the other hand, such activities align with a pressing need to maintain the capitalist notion of the city, as presented in Agum's work (2023). Based on the

prodding in the title, and derived from a samba whose phrase shows that “opportunity does not cross the Rebouças (a tunnel)”, this paper demonstrates the need to review the public and private spheres through sensitive urban planning, so that a more democratic vision of proposals and public policies, in the various urban regions, align with the benefit of Otherness and the Affect Theory (Anderson, 2006) in the interpretation of Ambiances.

**Key words:** otherness; public open spaces; homeless people.

## ***La oportunidad no pasa por el “Rebouças”***

### **Resumen**

Este artículo presenta parte de una investigación en curso en el Laboratorio de Arquitectura, Subjetividad y Cultura – LASC/UFRJ, que trata de la interpretación del contexto sociocultural de las metrópolis actuales. Se pretende destacar las relaciones que emergen de las vivencias de las personas en situación de calle (PSR) en Río de Janeiro, dada la informalidad de sus acciones y la necesidad de sobrevivir en espacios públicos abiertos. La investigación revela los puntos de pernoctación y deambulación del PSR en algunos barrios de Río de Janeiro, trayendo el papel de personajes “de calle” para revelar actividades desempeñadas por la acción laboral no remunerada de centenas de personas sin rol político, y evidenciando trayectorias de exclusión social que se vinculan a la idea de sujeto superfluo (Escorel, 2006). Por otra parte, tales actividades están alineadas con una necesidad urgente de mantener la idea capitalista de la ciudad, como se presenta en la obra de Agum (2023). A partir de la provocación del título, y derivado de una samba cuya frase muestra que “la oportunidad no pasa por el (túnel) Rebouças”, se demostrará la necesidad de revisar las esferas pública y privada a través de una planificación urbana sensible, para que una visión más democrática de las propuestas y políticas públicas, en las diversas regiones urbanas, se alineen con el beneficio de la Alteridad y la Teoría de los Afectos (Anderson, 2006) en la interpretación de las Ambiencias.

**Palabras clave:** alteridad; espacios públicos abiertos; personas sin hogar.

## 1 Introdução

E é a guerra das desigualdades  
A humanidade lavando a roupa  
*Oportunidade não cruza o Rebouças*  
("Corpicho", samba composto por Ronaldo Barcellos e Picolé, 2007)

O samba que dá nome ao título, interpretado pela cantora Maria Rita, é uma reflexão poética sobre os desafios da vida urbana e a busca por equilíbrio entre as agruras do corpo vulnerável, da cidade e da cultura. Descrevem-se tentativas da personagem, moradora de uma favela carioca, de escapar da realidade inóspita da capital do Rio de Janeiro e se afastar das dificuldades sociais vividas, no entanto, a personagem ressent-se ao perceber que fugir não resolverá os problemas, pois a relação de exclusão social está globalizada, e todos os lugares que estão "do outro lado" do túnel Rebouças carregam problemas de urbanização e exigem constante luta pela sobrevivência na cidade, ou seja: as estruturas de desigualdade e isolamento social estão em todos os espaços da cidade. A ideia de "outro lado do túnel Rebouças" se refere à linha (não tão) imaginária (Figura 1), traçada pelo túnel André Rebouças, que rasga o maciço da Tijuca e divide o Rio de Janeiro em áreas de diferentes contextos sociais, econômicos e urbanísticos.

Figura 1: Imagem dos bairros da capital do Rio de Janeiro, com demarcação da Linha do Túnel Rebouças em amarelo, que cria um limite imaginário entre regiões da capital.



Fonte: Google Maps - <[https://www.google.com/maps/@-22.9443438,-43.2168106,12357m/data=!3m1!1e3?entry=ttu&g\\_ep=EgoyMDI1MDQzMC4xIXMDS0ASAFQAw%3D%3D](https://www.google.com/maps/@-22.9443438,-43.2168106,12357m/data=!3m1!1e3?entry=ttu&g_ep=EgoyMDI1MDQzMC4xIXMDS0ASAFQAw%3D%3D)>

De um lado está a área litorânea (macha azulada) – mais próspera, socialmente privilegiada e urbanisticamente tratada para evidenciar o imaginário de cidade multicultural e turística do RJ, e de outro lado (zona avermelhada) estão os bairros na zona norte e oeste, além da Baixada carioca, que ainda lutam para incorporar soluções urbanísticas e políticas públicas que permitam superar o estado de negligência de algumas áreas.

Há uma crítica social pontiaguda, portanto, na canção. O direito à cidade (Lefebvre, 2016, original de 1968) é instado para todo cidadão, mas nem todo cidadão poderá usufruir desses direitos, como resposta da falta de oportunidades espaciais e econômicas.

David Harvey (2014) amplia o conceito de Henri Lefebvre ao afirmar que o direito à cidade é um dos mais importantes direitos humanos. Em sua visão, o modo como os recursos urbanos são distribuídos (ou não) reflete diretamente as desigualdades sociais. Para Harvey (Op. cit.), o corpo também é campo de disputa urbana: quem pode ocupar os espaços de lazer, cultura e saúde? Quem é o corpo que tem direito à cidade?

Raquel Rolnik (2019) discute como o modelo de urbanização brasileiro historicamente exclui as populações periféricas, tanto no acesso à moradia quanto à mobilidade, ao lazer e à cultura. Por esse ponto de vista é fácil identificar que diversos grupos são rechaçados da qualidade de “um dos lados” do Rebouças, mas, em situação ainda pior, existem grupos que sequer usufruem das qualidades de qualquer um dos lados, e pretendemos abordá-los neste artigo: as populações em situação de rua. A ideia de uma pessoa em situação de rua (PSR), que constrói uma cidade oculta com sua deambulação, é apresentada neste trabalho no intuito de florescer um pensamento crítico sobre o urbanismo contemporâneo nas grandes cidades.

A pesquisa em desenvolvimento desde 2023 no Laboratório Arquitetura, Subjetividade e Cultura – LASC/UFRJ, intitulada “Cartografias Afetivas de uma Cidade

Invisível"<sup>1</sup>, busca inverter a lógica de que uma pessoa que “está na rua” não tem escolha, para pensar que a cidade e os planos urbanísticos falham em não responder às demandas do direito de viver a cidade e ser suprido como cidadão.

PSR são as pessoas que mais utilizam o espaço livre público das cidades, por falta de moradia e laços familiares, mas, também por uma questão de origem: falta de inserção no mercado de trabalho e na vida social pública, que as leva à categoria de seres menos políticos na cidade. Neste sentido, o espaço público se converte em privado pelas PSR, levando à falta de aceitação da maioria da população que possui abrigo formal.

A Lei Nº 14.821/2024, que Institui a Política Nacional de Trabalho Digno e Cidadania para a População em Situação de Rua (PNTC Pop Rua), estabelece em seu Art. 1º o conceito jurídico de População de Rua, a saber: “(...) grupo populacional heterogêneo que tem em comum a falta de moradia e utiliza os logradouros públicos como espaço de moradia e de sustento (...)” (Brasil, 2024a). Por essa definição, entende-se que a categoria PSR é muito mais ampla e genérica que a habitualmente compreendida.

O entanto, o estudo mais recente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) mostrou um aumento significativo nos números gerais (de 10 vezes mais) entre 2013 e 2023, sendo registradas 227.087 pessoas em situação de rua no Brasil, no início de 2024. Em outro estudo, citado na Resolução Nº 605, de 13 de dezembro de 2024, realizado pelo Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua (OBPopRua/POLOS-UFMG), constatou-se que havia 22.922 pessoas em situação de rua em 2013, 242.756 pessoas em dezembro de 2023 e 309.998 em 2024, sendo que o Censo de População de Rua 2023 da Prefeitura do RJ identificou 7.865 pessoas na capital.

O peso desses dados na interpretação do uso do espaço urbano é latente. Por isso, os subitens seguintes tratarão de demonstrar como a circulação das PSR constrói

---

<sup>1</sup> A pesquisa está aprovada pelo Comitê de Ética desde 2024 e segue toda a cartilha de tratamento ético e compromissado com pessoas em situação de vulnerabilidade (CAAE 77880024.2.0000.5582).

uma ideia específica de ocupação da cidade: fragmentária, desigual e dividida. Utilizaremos as noções de alteridade e afetividade para identificar meios para a interpretação dessa realidade das grandes capitais, e apresentaremos algumas ações laborais desempenhadas pelas PSR nos bairros analisados em 2024, demonstrando como a circulação pelas diversas zonas do Rio de Janeiro não muda a sua condição de "invisibilidade".

## 2. Afetividade e Alteridade – desafios urbanos atuais

A força da alteridade está nas relações intergeracionais e transculturais nas quais ela se sustenta, e que criam as condições subjetivas de afetação/empatia com o Outro e com os lugares. Ao desenvolver empatia, o indivíduo se predispõe ao compartilhamento de experiências, ou seja, a busca por compartilhar sentimentos semelhantes aos que ele desenvolve por outras pessoas que o rodeiam. A empatia espacial, por sua vez (Duarte, 2015, p. 72), revela que é possível predispor-se a compartilhar experiências em espaços físicos, sejam quais forem.

Sendo assim, podemos pensar que a partilha, as trocas e os fenômenos urbanos em geral – como é o caso de uma ambiência experimentada à luz da empatia espacial – são instrumentos de possíveis representações imagéticas do que é próprio à identidade e dinâmica de um lugar.

Como explica Anderson (2006, p.735) sobre a Teoria dos Afetos, o desenvolvimento de um vocabulário relacionado ao afeto e à emoção começa a partir da afirmação de que o "mais-ou-menos-racional" não pode ser reduzido a uma gama de emoções discretas, internamente coerentes. É impossível. As escolas empírica, social e construtivista oscilaram entre conceituar as emoções como "inerentes" ou "socialmente construídas", mas não as definiram de fato, pois somente a construção da experiência importa. E muitas vezes elas estão sendo engendradas em diversas falas e posturas angariadas por toda uma vida.

O processo afetivo só funciona, nesta visão, com as duas pontas da linha imaginária: a partir de uma alternativa de sintonização para 'se afetar', ou pela capacidade que um corpo tem de ser afetado (através de uma afeição) e afetar

(como resultado de modificações): “essas duas capacidades vão além da força daqueles que se submetem a eles: ‘Os afetos são seres’ cuja validade reside em si, e excedem qualquer vivido” (Deleuze e Guattari, 1994, p.164). Portanto, quando uma pessoa afeta algo, ela está ao mesmo tempo se abrindo para ser afetada e promovendo o exercício da alteridade.

A soma dos contatos públicos casuais no âmbito dos fragmentos da cidade contemporânea (praças, calçadas, largos, becos), com o exercício do afeto e reconhecimento de ambiências, por onde trafegam PSR, resulta na compreensão da identidade coletiva dos indivíduos e na aceitação, que gera visibilidade e ação. O oposto também é válido – e geralmente mais recorrente.

No processo de construção identitária das PSR, observa-se a absorção de uma intensa carga de estigmatização que, conforme argumenta Goffman (1988), condiciona o reconhecimento do indivíduo a uma perspectiva unidimensional e opressiva. A configuração da identidade coletiva desse grupo é, assim, atravessada por mecanismos sociais que operam sua objetificação, desumanização e consequente apagamento simbólico.

Sabemos que a *“identidade é construída por meio de um contraponto de igualdades e diferenças, e é sempre ancorada em um suporte espacial”* (Duarte e Pinheiro, 2013 s/p). Nesse sentido, a presença visível dessa população nos espaços públicos torna-se um elemento catalisador de estigmas diversos, suscitando olhares e práticas sociais marcados pela discriminação e pelo preconceito (Rosa, Secco e Brêtas, 2006).

### 3 O mapeamento de PSR como reflexo de uma cidade oculta

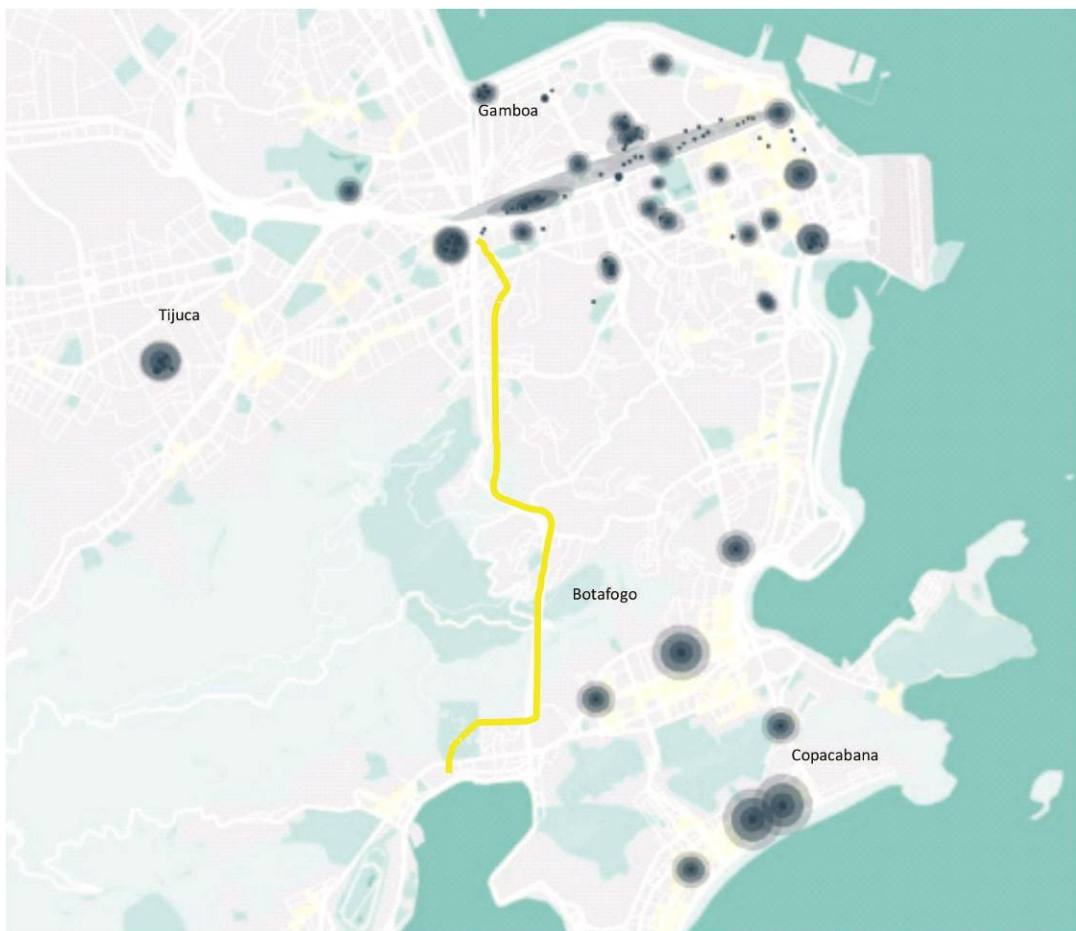
A pesquisa “Cartografias Afetivas de uma Cidade Invisível” tem demonstrado um novo rumo para a concepção de ação laboral e de valoração de zonas, por conta de alguns fatores:

- 1) a assunção de que as PSR cumprem um papel social – seja limpando calçadas, cuidando de portas de comércio ou coletando material reciclável, em espacial nas zonas de maior poder aquisitivo;

- 2) o pernoite em comunidade (grupos de 3 ou mais pessoas, residentes de um mesmo local por mais de 1 ano, por exemplo) consolida um espaço simbólico e identitário importante, que geralmente ocorre onde há algum suporte;
- 3) a definição de personagens (típicas) pode demonstrar formas repetidas de manutenção e usufruto do espaço urbano.

O universo de informantes da pesquisa em andamento (em torno de 160 pessoas), encontrados nos trabalhos de campo noturnos desde início de 2024, indicou que as funções praticadas na cidade não refletem o objetivo dos planos urbanísticos e da qualidade ambiental e edilícia regulados pelo zoneamento do Rio de Janeiro, como acima comentamos.

Figura 2: Mapeamento dos focos de permanência noturna no Centro do RJ, Gamboa, Tijuca, Botafogo e Copacabana, com indicação do Túnel Rebouças em amarelo.



Fonte: Base cartográfica do QGIS, LASC, 2024.

A Figura 2 indica o mapeamento dos maiores pontos de permanência noturna de PSR, desenvolvido a partir das derivas mecanizadas <sup>2</sup> por alguns bairros previamente definidos pela equipe de pesquisa, no ano de 2024.

Percebe-se que a escolha do pernoite é bem maior na região do lado direito do Túnel Rebouças, ou seja, nas zonas intituladas Sul e Centro da cidade do Rio de Janeiro, regiões onde o m<sup>2</sup> habitacional é mais caro e de onde as PSR conseguem maior qualidade e quantidade de material reciclável, além de sustento diário por meio de esmolas, oferta de alimentação e até por facilidade na venda de drogas, atividade reportada por apenas 2% da população entrevistada na pesquisa.

É importante ressaltar que, na busca pelo sustento diário, a relação dos “lados do Rebouças” se inverte para as PSR: não se reside na periferia e se busca a Zona Sul da cidade. Ao contrário: o pernoite na Zona Sul/Centro indica, claramente, a falta de oportunidade de trabalho e de oferta de moradia social no contexto integral da cidade, assim como a necessidade de infiltração em regiões economicamente nevrálgicas. Portanto, o mapa de pernoite alerta que o crescimento de PSR em regiões centrais é um sintoma da falha em produzir espaços adequados à mobilidade e à moradia social. As PSR pernoitam muito mais nas regiões mais ativas e circulam em direção aos bairros periféricos, tanto para visitas às casas de família (onde muitos residiam), ou para o escambo do produto das atividades laborais que executam.

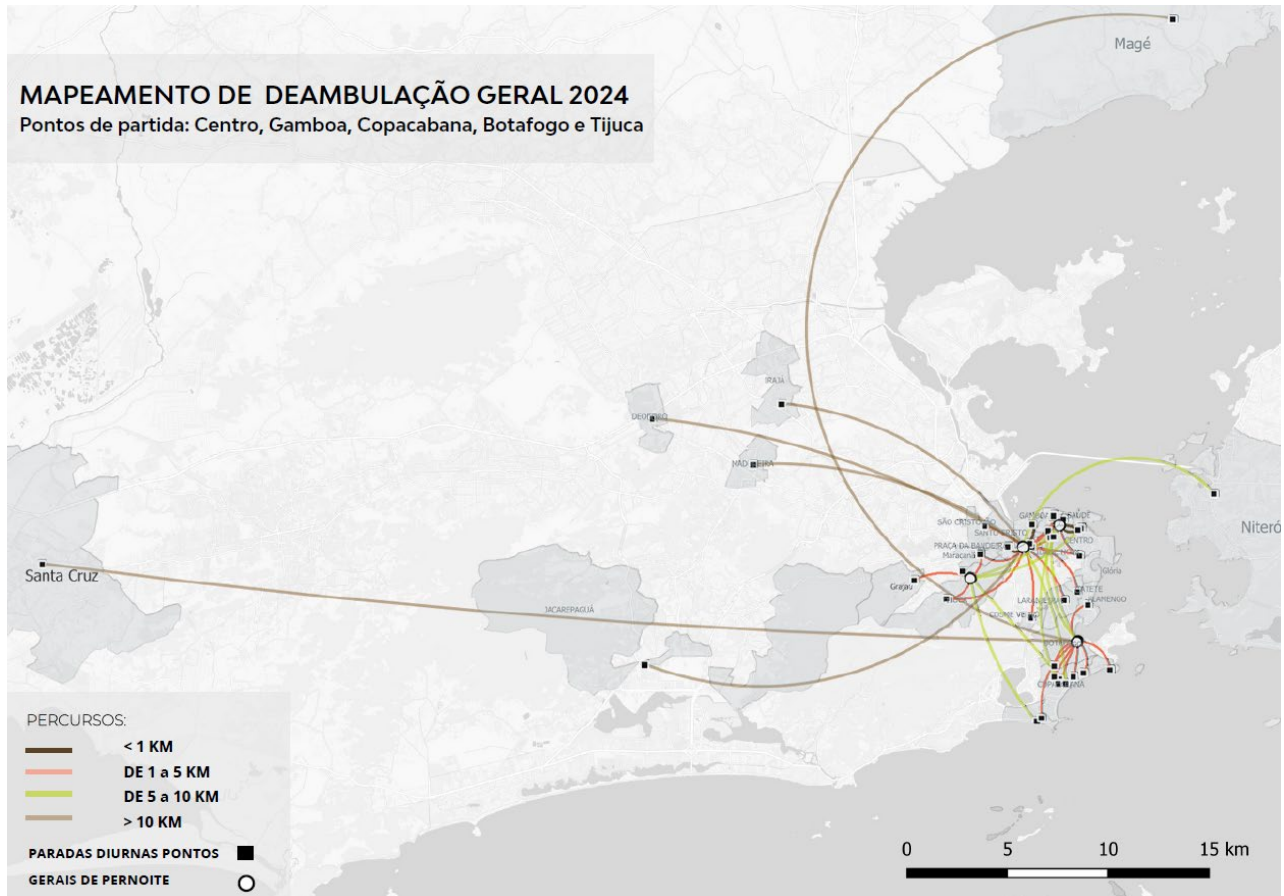
O mapa da Figura 3 indica o movimento realizado por diversas PSR nos bairros analisados, no ano de 2024, reforçando as grandes distâncias percorridas durante o dia, como forma de conquistar o sustento básico diário. O mapa permite compreender que a ação de transitar “entre os lados do Rebouças” é compulsória e não promove crescimento social ou político, muito menos interfere positivamente no planejamento urbano. Se em 1950 apenas 36% da população brasileira morava em cidades, em 1990 o percentual chegou a 75% e no século XXI atingiu 87,4%, segundo o Censo Demográfico 2022. Tal população urbana não está apenas concentrada

---

<sup>2</sup> Chamamos de “derivas mecanizadas” aquelas realizadas com auxílio de veículo coletivo (van) alugado com o propósito de realizar a busca e o georreferenciamento de pessoas em situação de rua, pelo Rio de Janeiro.

nas grandes metrópoles, mas, por atração inevitável, concentra a maior parte das pessoas, sejam ativas economicamente ou vulneráveis.

Figura 3: Mapa de deambulâncias de pessoas em situação de rua, a partir dos bairros Centro, Tijuca, Copacabana e Botafogo.



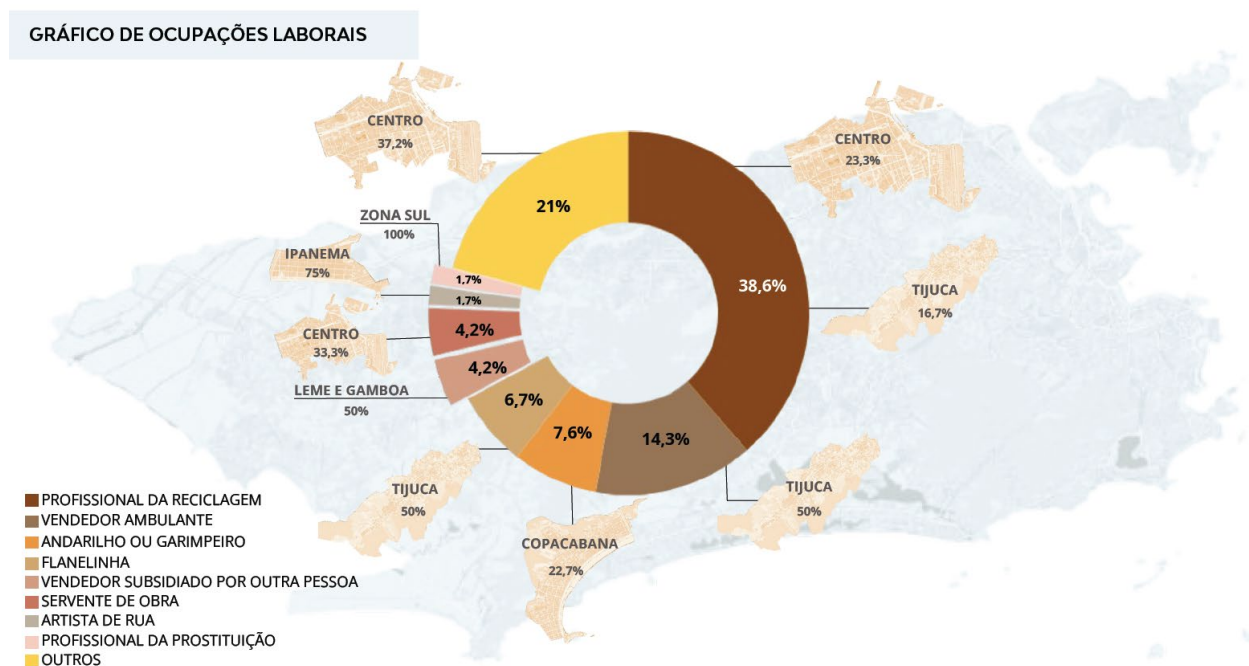
Fonte: LASC/UFRJ, 2025.

Tendo essas questões por base, a metodologia aplicada na pesquisa consolidou respostas de PSR em bairros da Zona Sul, Norte e área Central do Rio de Janeiro. Numa primeira etapa, cujo método envolve acolhimento, aplicação de entrevistas semiestruturadas e mapeamento por coordenadas, foi observado que na região do Centro, e em outros bairros da Zona Sul (Botafogo e Copacabana), existe uma rotina para o deambular, que se manifesta nas mais diferentes atividades laborais praticadas pelos interlocutores. O bairro da Tijuca, muito próximo do túnel Rebouças, também aparece com alto percentual de atividades. A Figura 4 indica como as

atividades mais reportadas (de reciclagem, garimpo e venda informal de produtos – “ação ambulante”) se concentram nas Zonas Sul e Centro, e na Tijuca.

Segundo Agum (2023), os catadores informais organizam suas rotas a partir das condições sociais e morfológicas da cidade. Bairros de maior poder aquisitivo, especialmente nos dias de coleta formal, oferecem maior volume de recicláveis, dispostos em calçadas largas e acessíveis. Já os pontos de compra/venda, concentrados na zona norte do Rio de Janeiro, oferecem melhores condições comerciais devido à ausência de regulação nos preços, típica da informalidade do setor. Essa configuração obriga os catadores a percorrerem longas distâncias, muitas vezes a pé, evidenciando a assimetria espacial entre os locais de coleta e os de comercialização.

Figura 4: Mapa e de atividades laborais de pessoas em situação de rua, com a localização de onde as atividades mais ocorrem.



Fonte: LASC/UFRJ, 2025.

## 4 Breves conclusões

Os processos de exclusão da cidade podem estar, como demonstramos com o mapeamento de PSR no Rio de Janeiro, à vista de todos. Para Karl Marx, a exclusão

é tanto parte integrante do sistema, como produzida por ele. Para Escorel (2006), a exclusão é um efeito perverso do sistema e facilita a construção das diferenças que, por sua vez, alimentam uma rede de consumo que beneficia poucos. Exclusão deve ser entendida aqui como isolamento da cidade, que destitui a pessoa de ter voz e de ser ouvida em suas necessidades, ou seja, de ser parte da cidade.

A cidade, como espaço de disputa, necessita levar ao habitante um exercício bastante além de “estar” nela; é preciso favorecer o direito de moldá-la, vivê-la, transformá-la de acordo com sua realidade, como ação específica de um corpo livre e democrático. Trata-se de um direito urbano fundamental – o de vivê-la com liberdade, em consonância com os princípios democráticos. Nesse contexto, a presença das PSR opera como espelho social, revelando tensões entre o reconhecimento da humanidade do Outro e os mecanismos de exclusão que atravessam o espaço urbano contemporâneo.

A pesquisa de campo em andamento reforça a ideia de que o encontro com o Outro – sobretudo aquele que ocupa posições de vulnerabilidade – desestabiliza as fronteiras do pertencimento e nos obriga a repensar nossa inserção na cidade. Ao acolher o que nos é estranho, somos também levados a refletir sobre nossa condição urbana comum, mediada por ambiências que convocam o sensível e revelam os efeitos das políticas e das arquiteturas que compõem o cotidiano. A alteridade, nesse sentido, torna-se chave para compreendermos os modos pelos quais nossa identidade urbana é continuamente produzida e fragmentada pelas transformações da cidade, muitas vezes marcadas por apagamentos, deslocamentos e intervenções que ferem as construções identitárias e a memória coletiva.

Os dados preliminares da pesquisa apontam para a necessidade de repensar as relações entre as esferas pública e privada, seja por instituições governamentais ou agentes comerciais privados, a partir de um planejamento urbano sensível às diferenças, capaz de incorporar perspectivas afetivas e inclusivas. Este artigo propõe uma abordagem que valoriza a Alteridade e se inspira na Teoria dos Afetos (Anderson, 2006) como ferramenta analítica para interpretar as ambiências urbanas.

Compreender essa realidade impõe uma postura crítica diante da ordem urbana vigente. Isso implica criar vínculos reais com as PSR, reconhecer seus saberes e modos de existência, e construir, de forma colaborativa, caminhos concretos de transformação social. A escuta atenta, o diálogo e a experiência partilhada configuram o terreno ético a partir do qual pode emergir uma cidade mais justa e verdadeiramente habitável.

## 5 Agradecimentos

Agradecemos à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ, pelo financiamento da pesquisa com bolsa Cientista do Nosso Estado e bolsas de IC. Igualmente, agradecemos ao trabalho cuidadoso dos nossos bolsistas de Iniciação Científica, que apoiam o LASC/UFRJ na tarefa honrosa e delicada de pesquisar pelas ruas do Rio de Janeiro.

## 6 Referências

AGUM, M. **Lixo e Subjetividade: uma etnografia dos catadores de material reciclável nas ruas da cidade carioca**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Arquitetura da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2023.

ANDERSON, B. Becoming and being hopeful: towards a theory of affect. In: \_\_\_\_\_. **Environment and Planning: Society and Space**, volume 24, 2006. p. 733-752.

BRASIL. **Política Nacional para a População em Situação de Rua. Decreto Nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009**. Brasília: Diário Oficial da União, 2009a. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm)>. Acesso em 04 agosto 2023.

BRASIL. **Política Nacional Judicial de Atenção a Pessoas em Situação de Rua e suas interseccionalidade. Resolução Nº 605, de 13 de dezembro de 2024**. Disponível em: <<https://atos.cnj.jus.br/files/original1126512024121767615ffbb28e4.pdf>>. Acesso em 10 abril 2025.

BRASIL. **Política Nacional de Trabalho Digno e Cidadania para a População em Situação de Rua (PNTC Pop Rua). Lei n.º 14.821, de 16 de janeiro de 2024a**. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2024/lei/L14821.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14821.htm)>. Acesso em 30 março 2025.

- DUARTE, C.R. e PINHEIRO, E. Imagine uma tarde chuvosa... pesquisas sobre ambiência, alteridade e afeto. In: **Anais do 6º PROJETAR**. "O Projeto como Instrumento para a Materialização da Arquitetura: ensino, pesquisa e prática". Salvador, novembro de 2013.
- DUARTE, C.R. A empatia espacial e sua implicação nas ambiências urbanas. In: **Revista Projetar**. Natal: UFRN, Outubro, 2015. p. 70-76.
- ESCOREL, S. **Vidas ao léu: Trajetórias de exclusão social**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- GOFFMAN, E. **Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988
- HARVEY, D. **Cidades Rebeldes, do direito à cidade à revolução urbana**. Rio de Janeiro, Martins Fontes, 2014.
- LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Ed. Nebli, 2016.
- ROLNIK, R. **Guerra dos Lugares**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.
- ROLNIK, S. e GUATTARI, F. **Micropolítica: Cartografias do desejo**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2011.
- ROSA, A.S.; SECCO, M.G.; BRÊTAS, A.C. O cuidado em situação de rua: revendo o significado do processo saúde-doença. In: **Pesquisa - Revista Brasileira de Enfermagem**. Nº59 (3). Junho 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-71672006000300015>
- TOMKINS, S. **Affect, Imagery, Consciousness**. New York: Springer Publishing Company, 2015.